



Albano Franco e Ernane Galvães, um diálogo difícil.

O que a indústria sugere ao governo

A Confederação Nacional da Indústria, preocupada com a "desagregação do setor produtivo", propôs várias medidas para reduzir os juros.

"A continuidade da prática das atuais taxas de juros implicará na desagregação do setor produtivo nacional, uma vez que a política de juros que aí está só pode ser aceita como ajuste transitório da economia." Com esta frase, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, manifestou toda a sua preocupação, ao final de duas horas de um verdadeiro diálogo de surdos com o ministro da Fazenda, Ernane Galvães.

Apesar da presença de 22 representantes de federações industriais dos Estados, o ministro limitou-se a fazer uma longa exposição sobre as dificuldades da política econômica, frente à necessidade de manter o equilíbrio das contas externas. Galvães prometeu estudar o documento de 35 laudas que lhe foi entregue, mas não parece ter dito nada sobre a intenção do governo de elevar ainda mais os juros, aumentando a tributação sobre os bancos e diminuindo-a para as empresas (leia matéria à esquerda, nesta página).

Segundo Albano Franco, os juros são hoje "o problema número um do empresariado nacional, representando um ônus extremamente mais pesado que a política de reajuste salarial semestral. Por isso, o governo será obrigado a aceitar algumas sugestões que estão sendo feitas, descentralizando decisões, porque, do contrário, a situação só tende a se agravar, com a intensificação das transferências intersetoriais de renda já ocorridas em 1981".

As propostas da indústria

O documento da CNI incorpora algumas propostas já encaminhadas ao governo pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Sugere a vinculação da expansão dos empréstimos totais dos bancos comerciais ao desempenho na captação de recursos externos; maior participação das empresas estatais e multinacionais na captação de recursos externos; redução do risco cambial com a criação do mercado futuro de câmbio, do seguro cambial e da opção dos pagamentos dos empréstimos externos com correção monetária ou cambial; e estabelecimento de um crédito fiscal temporário para o Imposto de Renda sobre remessa de juros para o Exterior.

Os empresários chegam a propor as regras básicas para a operacionalização da vinculação dos empréstimos dos bancos comerciais ao desempenho na captação de recursos externos: a proporção mínima a ser mantida seria estabeleci-

da entre os saldos globais de empréstimos por banco e não por cliente; caberia aos bancos direcionar os recursos aos clientes, com liberdade de emprestar só em cruzeiros, só em moeda estrangeira ou ambos, de acordo com as características e potencial de cada cliente, mantida a restrição anterior; e o Banco Central estabeleceria periodicamente o grau de proporcionalidade, tendo em vista as necessidades de balanço de pagamentos.

Outras sugestões dos empresários: o repasse da moeda estrangeira deveria ser livre, do ponto de vista do banco, somando-se ao total de aplicações os valores em depósito no Banco Central em amparo da Resolução 432; nos empréstimos mistos, o IOF seria pago somente sobre a parte nacional; os bancos de menor porte, com pouco acesso e tradição junto ao mercado financeiro internacional, receberiam tratamento especial; e seria estudada a criação de um mercado interbancário para transferências de fundos, tanto em moeda nacional como estrangeira.

Apoio à capitalização

Para corrigir a distorção de uma estrutura de capital que minimiza a utilização de recursos próprios no financiamento da atividade empresarial, o documento da CNI propõe a adoção de cinco instrumentos básicos de apoio à capitalização da empresa privada nacional: exclusão dos dividendos distribuídos na apuração do lucro tributário da pessoa jurídica, até o limite de 25% do lucro líquido; modificações na disciplina do incentivo fiscal do Decreto-Lei 157, como a eliminação da faculdade de resgate de cotas; aplicação do incentivo fiscal na subscrição de capital de empresa escolhida pelo contribuinte; e aumento progressivo da proporção do incentivo fiscal utilizada na subscrição de títulos emitidos por empresas privadas nacionais.

Sugere ainda apoio ao aproveitamento da debênture conversível em ações como instrumento de capitalização das empresas nacionais; isenção de Imposto de Renda na reavaliação de bens do ativo permanente; e dilatação do prazo de recolhimento do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para vários setores industriais, como fumo, bebidas, material de transportes, metalurgia, química, material elétrico e de comunicações, comércio atacadista, minerais não-metálicos, papel e papelão, mecânica, perfumaria, sabões e velas, borracha, matérias plásticas, ma-

deira, mobiliário, editorial e gráfico, farmacêuticos e veterinários, têxteis, alimentares, couros, peles e similares, vestuário, calçados e artefatos de tecidos.

O documento sugere também medidas especiais de capitalização das pequenas e médias empresas.

Juros não baixam

Numa conferência ontem em Bento Gonçalves, a 130 quilômetros de Porto Alegre, o presidente do Banco Maisonneuve, Roberto Maisonneuve, advertiu que os juros não terão "redução significativa" este ano, "em função da dívida externa e da obrigatoriedade que o governo tem de manter os juros internos mais elevados que os externos".

Em consequência também dos problemas do balanço de pagamentos, "existe toda uma administração do endividamento interno que não possibilita qualquer perspectiva de redução acentuada do dinheiro".

Assim, a saída é a capitalização "pelo caminho do capital de risco". Neste sentido, devem ser "plenamente" utilizados os instrumentos existentes no mercado, como debêntures e ações. Ao mesmo tempo, os créditos subsidiados "não devem nunca ser desviados para a compra de terras, aquisições de imóveis particulares ou outros fins que não sejam os fins específicos da empresa".

Mal-estar

Por sua vez, o presidente do grupo Unibanco, Walter Moreira Salles, disse ontem que a elevação do Imposto de Renda sobre os lucros dos bancos defendida pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto, não constitui uma solução para a redução dos juros cobrados pelas instituições financeiras, embora reconheça que "a situação não pode continuar como está, porque ela cria um profundo e indesejável mal-estar entre os meios de produção e os bancos".

Walter Moreira Salles, que esteve ontem com o ministro Ernane Galvães, acha que "a opinião pública está muito excitada com os lucros dos bancos. Mas pode haver um ponto de conciliação entre a decisão governamental que vier a ser adotada, uma vez que ela fatalmente terá que levar em conta que, com a situação econômica do País não se apresentando tão brilhante, os bancos são obrigados a reforçar os seus fundos de compensação".

O presidente da Confederação Nacional da Indústria Albano Franco, por sua vez, condenou veementemente a decisão de se criar

uma taxação especial, através do Imposto de Renda, sobre os lucros bancários, pois, no seu entender, tal atitude fere frontalmente a filosofia da livre empresa, sem beneficiar em nada as pequenas e médias empresas, aquelas que, segundo ele, estão sofrendo cada vez mais a asfixia dos altos juros praticados no mercado financeiro nacional.

"Gesto desesperado"

Já o ex-presidente da Anbid (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), Casemiro Ribeiro, comentou que "gestos desesperados como este acabam criando precedentes tremendos na economia".

Caso a medida seja posta em prática, "estaremos voltando ao passado, quando, na Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro resolveu instituir um sistema de taxa cambial diferenciado, ou seja, uma para cada tipo de produto". Ele pergunta se "quando um determinado setor viver um período de vacas magras o governo dará subsídios, da mesma forma que aumentará os tributos quando as vacas forem gordas".

Para Casemiro Ribeiro, existe no Brasil o erro no tratamento do Imposto de Renda, ao tributar indiscriminadamente as empresas, como se essas fossem pessoas físicas. "Quem deve pagar Imposto de Renda é o dono da empresa e sempre proporcionalmente ao rendimento auferido." A empresa brasileira chega a pagar 40% do seu lucro em imposto, prática que impede a reinversão do mesmo em programas de desenvolvimento.

Oligopólio

O presidente da Comissão Nacional de Bolsas de Valores, Rui Lage, apontou ontem no Rio a oligopolarização do sistema financeiro, incentivada pelo próprio governo, como uma das causas dos juros atuais.

Por isso mesmo, aumentar o Imposto de Renda sobre os bancos "em nada resolverá o problema. Muito pelo contrário, provocará maior elevação, pois a decisão acabará sendo repassada aos tomadores de empréstimos".

Acrescentou que, "diante da situação atual, será muito difícil alguém se desenvolver no Brasil pagando pelo dinheiro o dobro e até mesmo o triplo do que se paga no Exterior".

Mostrou-se surpreso com a queda de 5,8% da renda per capita brasileira em 1981. "Se quisermos fazer um capitalismo no País, esse é um tipo de resultado que preocupa".